



Declaração política sobre a prevenção e combate à violência doméstica

Intervenção da deputada municipal do PEV Cláudia Madeira
Assembleia Municipal de Lisboa, 19 de Fevereiro de 2019

O combate a todas as formas de violência está na génese do movimento ecologista e tem sido nesse âmbito, e no princípio da promoção da dignidade dos seres humanos, que o Partido Ecologista Os Verdes tem tido uma actividade permanente contra a violência doméstica.

Esta forma de violência contra o ser humano é um fenómeno de longa data, é anterior às estatísticas e à legislação específica, mas é altura de dizer basta!

Antes de mais, dirigimos o nosso pesar às famílias das vítimas assassinadas, estendendo também uma palavra de solidariedade às vítimas sobreviventes de violência doméstica.

Hoje, Os Verdes trazem precisamente este tema, motivados, infelizmente, pelos dados mais recentes do número de vítimas mortais. Seria desejável não termos que trazer aqui, mais uma vez, este problema, mas ninguém pode ficar insensível aos números que são inquietantes.

A esmagadora maioria das vítimas de violência doméstica são mulheres, e os agressores são geralmente do sexo masculino. Mas não esquecemos todos os homens, crianças, jovens, idosos, população LGBT, que sofrem esta violência escondida entre quatro paredes.

A verdade é que não é comum a comunicação social relatar histórias de homens com medo e vergonha de revelar a violência que sofrem, como também muitas vezes não é dada a devida importância ao número de crianças que convivem com este problema e que são, também elas, vítimas dessa violência.

Nada disto pode ser ignorado e merece medidas específicas.

Falando em números: entre 2004 e 2018 foram mortas 503 mulheres vítimas de violência doméstica. Só em 2018, foram assassinadas 24 mulheres nesse contexto e, em 2019, que ainda agora está no início, já morreram onze pessoas por violência doméstica. Dez mulheres e uma criança de dois anos assassinadas por quem faz ou fez parte do seu dia-a-dia e da sua família. É caso para dizer que o inimigo mora em casa!

As estatísticas soam os alarmes e têm contribuído para uma maior consciencialização pública deste flagelo social, mas o cenário pode ser ainda mais perturbador se tivermos em conta os inúmeros casos não relatados.

A realidade é que esta matéria tem feito parte da agenda política dos últimos anos e são vários os progressos para pôr fim a esta barbaridade, nomeadamente a criação e as alterações a diversas leis, os planos nacionais de prevenção e combate à violência doméstica, assim como a ratificação da Convenção de Istambul, tendo sido Portugal o primeiro país da União Europeia a fazê-lo.



Estamos no século XXI, tanto se tem feito, mas este flagelo permanece, numa sociedade enferma que ainda não consegue cuidar de muitos e de muitas.

Não basta criar legislação, até porque uma coisa é o que consta da lei, outra é a criação de condições no terreno para que as respostas sejam efectivas e eficazes. E é aqui que as coisas começam a falhar.

Falamos de um crime público e é importante continuar a denunciar para que as entidades responsáveis possam agir e é absolutamente urgente exigir das entidades responsáveis mais celeridade na resolução dos casos e, para isso, é urgente ter mais meios. Infelizmente, já se viu que estar sinalizado não é suficiente.

Também é inconcebível que um número significativo de processos seja arquivado sem provas e sem condenação.

É preciso desconstruir preconceitos e medos. Não é mais tolerável o velho pensamento de que «entre marido e mulher não se mete a colher» ou «Faça-as quem as fizer quem as paga é a minha mulher».

Enquanto houver uma única pessoa a ser assassinada ou maltratada em contexto de violência doméstica, esta deve ser uma prioridade política tanto a nível nacional como municipal, e não podemos aceitar nenhum abrandamento do combate e da prevenção.

Falar de violência doméstica é falar de violação dos direitos humanos. Sendo as mulheres as mais atingidas, porque este é um dado incontornável, a violência doméstica além de todas as consequências que tem, é um obstáculo à sua plena participação na vida económica, social, política e cultural, com efeitos negativos no desenvolvimento do país.

Uma grande parte destes casos ocorrem sob a forma continuada, e isso acontece devido à forte dependência económica que as mulheres ainda têm em relação aos seus companheiros, porque não têm autonomia que lhes permita subsistir nem manter a subsistência dos seus filhos, porque são elas as maiores vítimas de desemprego, do trabalho a tempo parcial involuntário, da precariedade e dos baixos salários.

Por isso mesmo, as políticas devem garantir a dignidade real dos seres humanos, e formas de subsistência que lhes permita fazer as opções de vida a que têm direito. Deve haver, assim, um reforço das políticas que valorizem o papel da mulher na sociedade e que eliminem as desigualdades que ainda persistem. Na verdade, a violência e a desigualdade andam de mãos dadas.

A violência doméstica é crime, não pode ser tolerada nem justificada seja por que motivo for e também acontece aqui em Lisboa, devendo a Câmara e a Assembleia Municipal continuar a dar a maior atenção a este problema, porque ainda há falhas e muito trabalho por fazer.

Ninguém pode fechar os olhos, nem cruzar os braços! É preciso mostrar um cartão vermelho à violência doméstica.



É nesse sentido que Os Verdes propõem um conjunto de medidas, nomeadamente a nível do reforço da formação dos profissionais com intervenção nesta matéria, pelo papel que podem desempenhar junto das vítimas, e do reforço de campanhas de sensibilização. Estando comprovada a eficácia desta medida, deve ser reforçada, com destaque para as escolas, os serviços municipais, a comunicação social e as redes sociais. Afinal, um cidadão informado é um cidadão capacitado.

É também fundamental implementar medidas eficazes para assegurar que as investigações e os procedimentos judiciais são realizados adequadamente, e em tempo devido, eliminando burocracias desnecessárias. As vítimas não têm tempo para o tempo que a justiça demora.

Apresentamos também outras propostas como a ampliação da bolsa de fogos municipais para vítimas de violência doméstica, a criação de uma linha de apoio gratuita, uma plataforma *online* e um guia, mecanismos que devem ser articulados com as entidades responsáveis e com a rede nacional de combate à violência doméstica, salvaguardando a acessibilidade plena a cidadãos com necessidades especiais.

Consideramos igualmente fundamental avaliar o trabalho e reforçar as medidas de prevenção e combate à violência doméstica, com base nas lacunas e fragilidades evidenciadas. É nesse contexto que propomos que se dê continuidade a este trabalho, através da elaboração do 2º Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa, uma vez que o 1º Plano tinha o seu prazo de vigência até 2017.

Ter planos sem a devida avaliação de nada serve, pois é fundamental identificar as carências para melhorar a resposta a dar, assim como de nada serve fazer um plano e não lhe dar continuidade.

Este tipo de violência é transversal à sociedade, e qualquer pessoa pode ser vítima, independentemente da sua situação. Este é um assunto que nos diz respeito a todos, e não só às vítimas, e é nesse sentido que Os Verdes dão, mais uma vez, o seu contributo e reafirmam o seu compromisso com a prevenção e o combate à violência doméstica.